

Banqueiro acha que o Brasil terá as mesmas vantagens do México

por Milton Wells
de Porto Alegre

O banqueiro Luiz Fernando Brandt, que participou no final de 1983, como dirigente do Citibank, das negociações entre os bancos internacionais e o México, está convicto de que o Brasil deverá obter, neste final de ano, as mesmas vantagens asseguradas pelos credores àquele país. Brandt, que assumiu no mês de junho o cargo de diretor-superintendente do conglomerado financeiro Crefisul, explicou ontem, em Porto Alegre, que o desempenho da economia mexicana permitiu a obtenção de prazos mais longos — dez anos com seis de carência —, além de uma redução de 50% no "spread" e uma diminuição da "prime" de 2 sobre 1/8 para 1 1/8%. Ele acha que nas tratativas do México com os credores, que se estão iniciando, o país deverá conseguir maiores vantagens, o que poderá abrir caminho para "uma melhor negociação por parte do Brasil".

TENDÊNCIA

No decorrer deste trimestre, segundo ele, o Brasil já poderá avaliar a tendência das negociações, podendo seguir na esteira das vantagens eventualmente a serem concedidas ao México. Brandt disse que aquele país conseguiu a redução do déficit público de 18% sobre o produto interno bruto para 8,5%, no ano passado, devendo alcançar, neste ano, uma proporção de 5,5% sobre o PIB. Ao lado disso, o México obteve também sucesso no combate à inflação, reduzindo-a de 100% em 1982 para 80%



Luiz Fernando Brandt

Uma das vantagens do México, segundo afirmou Brandt, está relacionada com a política de combate à inflação. Sobre isso, ele notou que os mexicanos não usam correção monetária, trabalhando com a economia desindexada. Na questão salarial, disse que a política mexicana atua de forma a desconsiderar a inflação passada, concedendo salários de acordo com a inflação futura.

Brandt disse que no caso do Brasil mesmo a retirada do Decreto-lei nº 2.065 não resolveria a questão inflacionária. Para ele, o efeito poderia ser até o inverso, podendo vir a provocar maior inflação. O que importa, segundo disse, é a retomada do debate sobre a desindexação da economia, recomendando aos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) "escutar com mais atenção o que tem a dizer o professor Octavio Gouvêa de Bulhões".

em 1983 e 60% neste ano, cuja previsão deve confirmar-se. O PIB, que em 1983 registrou uma queda de 3%, de acordo com ele, deverá crescer, neste ano, 2%, o que reflete o sucesso de uma política de ajustes determinada pelo governo mexicano. "O México é um país menor que o Brasil, sendo menos complexo. Por isso, pode apresentar resultados rápidos. No caso do Brasil, acredito que isto virá mais a longo prazo."

INFLAÇÃO FUTURA

Em sua opinião, depois de vinte anos, o Brasil não pode mais conviver com a correção monetária, sendo necessária a sua extinção. "A correção foi criada para conviver com a inflação. Por que não acabar com a correção, que transforma a inflação passada em inflação futura?", indagou. Para ele, a volta dos investimentos estrangeiros no País está ligada diretamente à queda dos índices inflacionários. "O Brasil voltará a crescer desde que combata a inflação. Acho que isto constitui a questão mais séria atualmente." Quanto ao controle do déficit público, ele acha que o governo brasileiro vem obtendo bons resultados, destacando que ele deverá ficar, em termos nominais, abaixo de 10% em relação ao PIB.